



**Impugnação do Edital
Pregão Eletrônico nº 111/2018-CPL/ARSER.**

Excelentíssimo Sr. Prefeito Dr. Rui Soares Palmeira do município de Maceió, Alagoas, através do Pregoeiro e comissão de apoio.

DISTRIBUIDORA DE FOGOS SÃO FRANCISCO LTDA –

Sediada à Fazenda Morcego, s/n, zona rural de Santo Antônio do Monte, Estado de Minas Gerais, pessoa jurídica regularmente constituída, inscrita no CNPJ 08.074.300/0001-27, vem, respeitosamente através de seu Diretor, **impugnar nos termos do parágrafo 1º do artigo 41 e segundo a Lei 8666/93 o edital do Pregão Presencial nº016/2018**, pela forma e fundamentos de fato e de direito adiante alinhados e final requerimento.

Essa Douta comissão pretende realizar um Pregão Eletrônico nº 111/2018-CPL/ARSER na data 12/11/2018, certame que tem por objeto a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de show pirotécnico/piromusical, incluindo locação de operação marítima e fornecimento de fogos de artifícios para as festividades do Réveillon 2018/2019, atividade que se encontra controlada pelo Exército Brasileiro. No entanto, a comissão pretende executar o certame sem a obrigatoriedade e a não exigências de documentos na qualificação técnica que as empresas apresentem documentos e licenças dos órgãos competentes para o exercício das atividades com fogos de artifícios, fornecidos pelo Exército Brasileiro (certificado de registro no exército Brasileiro) conforme a portaria nº 56 COLOG de 05 de junho de 2017 do departamento logístico Exército Brasileiro que determina em seu artigo 2, Para o exercício de qualquer atividade com produtos controlados pelo Exército (PEC), própria ou terceirizada, as pessoas físicas ou jurídicas devem ser registradas no Exército.

As atividades que são controladas pelo Exército Brasileiro, considerando o “Anexo B5” da Portaria nº 56-COLOG, de 5 de junho de 2017, são definidas as seguintes atividades com PCE (Produto Controlado pelo Exército) do tipo pirotécnico:

- FABRICAÇÃO DE PIROTÉCNICOS;
- IMPORTAÇÃO DE PIROTÉCNICOS;
- EXPORTAÇÃO DE PIROTÉCNICOS;



- COMÉRCIO DE PIROTÉCNICOS DE USO RESTRITO;
- UTILIZAÇÃO-DEMONSTRAÇÃO/EXPOSIÇÃO DE PIROTÉCNICOS;
- UTILIZAÇÃO-EMPREGO DE PIROTÉCNICOS EM CENOGRAFIA;
- UTILIZAÇÃO-EMPREGO DE PIROTÉCNICOS DE USO PERMITIDO;
- UTILIZAÇÃO-EMPREGO DE PIROTÉCNICOS DE USO RESTRITO;
- PRESTAÇÃO DE SERVIÇO-TRANSPORTE DE PIROTÉCNICOS;
- PRESTAÇÃO DE SERVIÇO(PRÓPRIO)–ARMAZENAGEM DE PIROTÉCNICOS;
- PRESTAÇÃO DE SERVIÇO-CAPACITAÇÃO COM PIROTÉCNICOS.

Considerando ainda que de acordo com o **art. 1º da Instrução Técnico-Administrativa nº 16, de 31 de julho de 2018**, foi prorrogado o prazo até 31 de dezembro 2018, para concessão de registro no exército, para as seguintes atividades de PCE (Produto Controlado pelo Exército):

- I – COMÉRCIO DE ARMA DE PRESSÃO;
- II – COMÉRCIO DE PIROTÉCNICOS; (grifo nosso);**
- III – COMÉRCIO DE PRODUTOS QUÍMICOS;
- IV – UTILIZAÇÃO – APLICAÇÃO DE EXPLOSIVOS (somente de forma terceirizada);
- V – UTILIZAÇÃO – APLICAÇÃO DE PRODUTOS QUÍMICOS;
- VI – UTILIZAÇÃO – USO INDUSTRIAL DE PRODUTOS QUÍMICOS;
- VII – PRESTAÇÃO DE SERVIÇO – TRANSPORTE DE PRODUTOS QUÍMICOS;
- VIII – PRESTAÇÃO DE SERVIÇO – ARMAZENAGEM DE PRODUTOS QUÍMICOS.

Portanto, a **única atividade com PCE do tipo PIROTÉCNICO**, prorrogada até o dia 31 de dezembro de 2018 pelo artigo 1º da Instrução Técnico-Administrativa nº 16 de 31 de julho de 2018, foi a atividade **“COMÉRCIO DE PIROTÉCNICOS”**.

Sendo assim, as demais atividades com Fogos de Artifício (Pirotécnico), não listadas no artigo 1º da Instrução Técnico-Administrativa nº 16, de 31 de julho de 2018, somente poderão ser exercidas por empresas com Certificado de Registro no Exército, inclusive a atividade “UTILIZAÇÃO-EMPREGO DE PIROTÉCNICO” que trata da execução de espetáculos pirotécnicos, que é o objeto do Edital Pregão Eletrônico 055/2018 da cidade de Arapiraca, AL.

Este fato foi confirmado através da Diretoria de Fiscalização de Produtos Controlados (DFPC), a qual por intermédio de e-mail (**anexo I**), confirmou a exigência do Certificado de Registro nas atividades que não estão presentes na ITA nº 16.



Após a leitura dos dispositivos acima mencionados, deixa clara a necessidade da documentação cabível para a execução do certame.

O Artigo 3º da Lei Federal nº 8.666, de 21 de Junho de 1993 reza:

A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

Fica claro também pelo edital que a Douta comissão pretende ir contra a Lei 8.666/93, quando passa a não pedir e exigir a apresentação das licenças dos órgãos competentes, reguladores de produtos controlados pelo Exército Brasileiro, tendo em vista que em nenhum parágrafo do presente certame foi expressa a solicitação, para tal exigência.

Além de ferir o princípio da isonomia, a alegação viola, ainda, direitos e garantias individuais, tornando-se um ato de discriminação arbitrária.

Convém destacar que a licitação é conceituada como um procedimento administrativo formal, em regra obrigatório, pelo qual a Administração Pública, garantindo a oportunidade de acesso e igualdade de tratamento a todos, selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração. Assim, como genuíno procedimento administrativo, encontra-se adstrito ao atendimento dos princípios basilares da legalidade, moralidade administrativa, publicidade dos atos processuais, ampliação da competitividade no certame, atendimento à finalidade pública, dentre outros princípios correlatos do Direito Administrativo.

Essa douta comissão pretende ainda realizar o Pregão Eletrônico não pretende exigir as licenças ambientais dos licitantes, como o Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais (CTF/APP) emitida pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA).

No entanto a Lei Federal nº 10.165 de 27 de Dezembro de 2000, que altera a Lei nº 6.938 de 31 de agosto de 1981, passando a exigir o Cadastro Técnico Federal de Atividade Potencialmente Poluidora e Utilizadoras de Recursos Ambientais das categorias elencados em um rol taxativo e classificatório presente em seu Art. 3º. Neste rol, encontra-se presente o manuseio de artigos pirotécnicos, os quais são classificados como de alto potencial poluidor e utilizador de recursos ambientais.



Portanto, é necessário que seja exigido dos licitantes o Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais (CTF/APP), por se tratar de uma exigência legal.

Ainda, se faz necessário impugnar que de acordo com o Decreto Federal nº 3.665 de 20 de Novembro de 2000 (R-105), em seu artigo 16 e 34, toda empresa que manuseia, utiliza, comercializa, manipula, transporta, reembala, armazena, representa, importa ou exporta produtos químicos e/ou controlados é obrigada a se licenciar nos órgãos fiscalizadores, sendo o Órgão responsável por essa autorização a Polícia Civil.

Portanto, visto que os artefatos pirotécnicos são produtos controlados, é de extrema necessidade que seja exigido das empresas participantes deste certame a Licença de Atividade de Empresa emitida pela Polícia Civil, visando zelar pela segurança pública e o oferecimento de um produto que tenha todos os requisitos exigidos legalmente.

Tem-se conhecimento que artifícios pirotécnicos possuem grande periculosidade, devendo ser utilizado de forma cuidadosa, em locais e com instrumentos adequados. Portanto, segundo a Instrução Técnica nº 25 do Corpo de Bombeiros, é exigido das empresas que manipulam artigos pirotécnicos o Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiro, pois através deste documento, resta comprovado que a Empresa Licitante trabalha em acordo com as normas reguladores do Corpo de Bombeiros.

O documento de Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros (AVCB) tem por objetivo certificar que as edificações e áreas de risco da Empresa possuem as medidas mínimas de segurança contra incêndio previsto na Legislação pertinente, devendo ser este um dos documentos exigidos para o presente certame.

DOS PEDIDOS:

Face ao exposto, requer, respeitosamente:

- a) O presente requer que seja revisto o edital do pregão presencial 055/2018, pelo Senhor Pregoeiro e Comissão de apoio;
- b) Na qualificação técnica do edital 262/2018 sejam exigidos os documentos e licenças do órgão competente para o exercício das atividades:



- a. Certificado de Registro (CR) junto ao Exército Brasileiro;
 - b. Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais (CTF/APP);
 - c. Licença de Atividade de Empresa, expedida pela Polícia Civil;
 - d. Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros (AVCB) do Estado sede da empresa.
- C) Seja dado DEFERIMENTO ao provimento da impugnação apresentada, tal como determina a lei aplicável;
- D) E no final, após a decisão da Douta Comissão, que faça este recurso subir ao Sr. Prefeito Municipal, para que ele decida pelo DEFERIMENTO desta impugnação. Caso isto não ocorra resguardamos nosso direito de buscar guarida na justiça comum, juntamente com representação junto ao Tribunal de Contas e Ministério público do Estado de Alagoas, bem como devida publicidade aos órgãos de imprensa, visto que trata-se de uma contratação de serviços e produtos, caso não seja exigido a devida certificação pelos órgão competente, coloca em risco a integridade física dos transeuntes no local do show, evitando assim possíveis incidentes graves, como já ocorridos em localidades no nosso país amplamente noticiado.

Nestes Termos, pede deferimento

Santo Antônio do Monte, MG, 30 de Outubro de 2018.

Distribuidora de Fogos São Francisco Ltda.

CNPJ: 08.074.300/0001-27

Marcelino Flávio de Oliveira

marcelo@elitepirotecnia.com.br

CPF: 484.558.816-15

RG: MG 1.763.572

Sócio/Diretor

Tel: (37) 3281-1539

Fazenda Morcego, s/n, Zona Rural

Santo Antônio do Monte - MG CEP: 35.560-000

37 99868-0317 // 37 3281-1539

www.elitepirotecnia.com.br



ANEXO I

Elite

De: DFPC Responde <dfpcresponde@dfpc.eb.mil.br>
Enviado em: quinta-feira, 25 de outubro de 2018 12:30
Para: 'Elite'
Assunto: RES: Duvida sobre ITA 16_2018

Prezado Sr Marcelo, bom dia

Todas as atividades de controle, exercidas pelo Exército, são amparadas pela legislação vigente e específica, sobre o assunto.

Desta forma, informamos que deve ser seguido exatamente o que determina a legislação. Se a utilização-emprego de pirotécnicos não está contemplada pela ITA nº 16, que prorroga o prazo para a requisição de CR em alguns casos, vale o que prescreve a Portaria nº 56-COLOG/2017, que regulamenta o Registro no Exército.

Att,

Diretoria de Fiscalização de Produtos Controlados (DFPC)
Seção de Relações Institucionais
Para mais informações acesse: www.dfpc.eb.mil.br



De: Elite <marcelo@elitepirotecnia.com.br>
Enviada em: quinta-feira, 25 de outubro de 2018 11:01
Para: dfpcresponde@dfpc.eb.mil.br
Assunto: Duvida sobre ITA 16_2018

Bom dia,

Venho verificar se a obrigatoriedade de Certificado de Registro para a atividade “ **utilização-emprego de pirotécnico de uso restrito (execução de Show Pirotécnico)**”, prevista na Portaria Nr 56 COLOG/2017, foi prorrogada até 31/12/2018.

A minha dúvida existe porque o art 1º da ITA Nº 16/2018 prorroga o prazo até 31/12/2018 somente para a atividade de “comércio de pirotécnicos” e não cita na listagem a atividade “ utilização-emprego de pirotécnico de uso restrito”.


Confiante num retorno breve, agradeço antecipadamente.

Atenciosamente,



MARCELO OLIVEIRA
SÓCIO DIRETOR

37 98405-0654 / 3281-1539
marcelo@elitepirotecnia.com.br

Rua Dr. Álvaro Brandão, 181, Centro
Santo Antônio do Monte, MG - 35.560-000
  www.facebook.com/elitepirotecnia